

**MENSAGEM AOS ACIONISTAS**

**Senhoras e senhores acionistas,**

A pandemia do Covid-19 marcou o ano de 2020, trazendo o isolamento social, a paralisação de setores da economia, a queda de renda das famílias, o adiamento de investimentos e, consequentemente, a redução da atividade econômica. Mais do que a crise econômica, é de se lamentar a perda de milhões de vidas em todo o mundo.

Não obstante, a BRADESPAR seguiu focada em sua estratégia de acompanhamento e participação na gestão da sua investida - a VALE, que conseguiu excelente desempenho financeiro com aumentos sucessivos de vendas e de preços ao longo do exercício.

Com isso, foi possível destinar a nossos acionistas, na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 944,3 milhões, sendo esse o maior volume anual de distribuição de resultados na história da BRADESPAR. Ao mesmo tempo, realizamos o resgate antecipado da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, com vencimento originalmente previsto para 28 de junho de 2021, liquidando totalmente o endividamento da Companhia.

Novembro de 2020 marcou o término do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da VALE. Com isso, as ações da VALE, detidas pela BRADESPAR, ficaram livres para negociação, dando total liquidez aos ativos da Companhia. Mesmo com o fim do Acordo, seguimos com nossa influência significativa, indicando dois membros no Conselho de Administração e participando em diversos comitês de assessoramento.

Nesse período, o Conselho de Administração da BRADESPAR pôde aprovar uma Política Socioambiental, estabelecendo as bases e objetivos a guiar nossos investimentos no que se refere ao tema da sustentabilidade.

As ações da Companhia registraram uma valorização de 73,0% (ações preferenciais), no acumulado do ano, e um desconto de 17,0% sobre o valor de mercado da VALE, historicamente um dos mais baixos.

Temos ainda sobre extrema atenção o litígio com a Litel, cujo desfecho depende agora do julgamento de Tribunais Superiores.

O ano de 2020 foi superlativo em desafios para toda a sociedade. Adentramos 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, confiantes de que as ações de imunização surtam efeitos para proteção de vidas e revitalização da economia.

Agradecemos a todos os nossos acionistas pela jornada até aqui.

São Paulo, SP, 24 de março de 2021

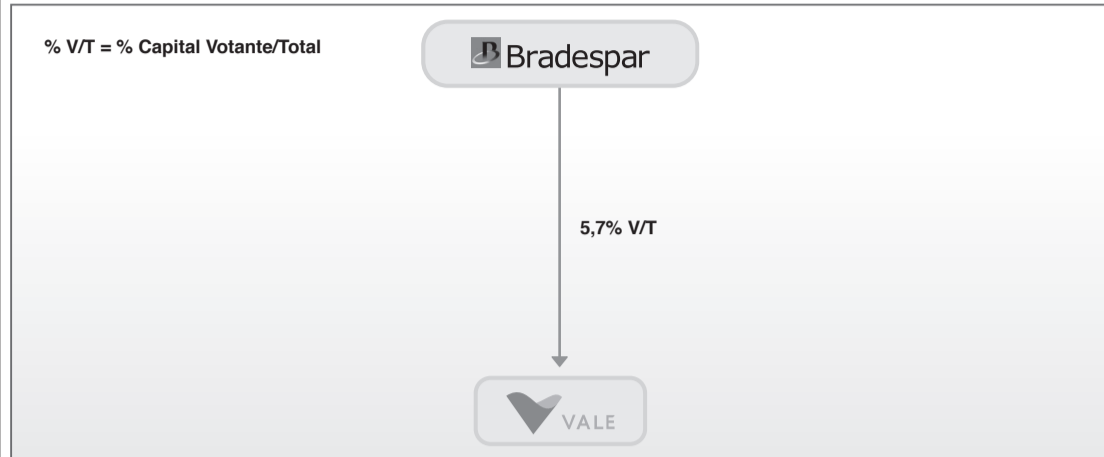
**Luiz Carlos Trabucco Cappi**  
 Presidente do Conselho de Administração

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

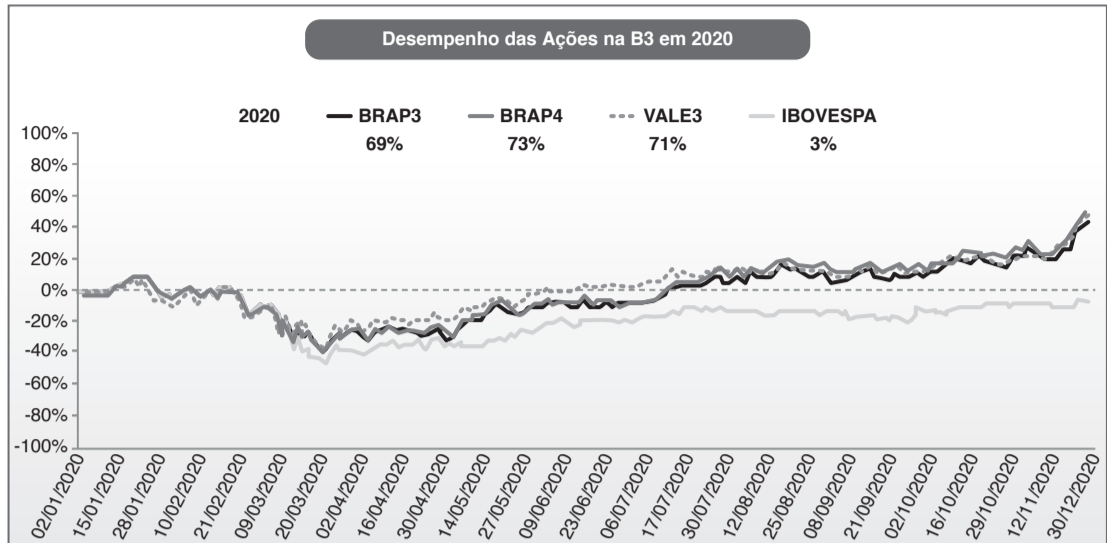
**ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS**

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual a BRADESPAR tem representante no Conselho de Administração, além de representantes nos diversos Comitês de Assessoramento àquele Órgão.

Ao final de 2020, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 25,7 bilhões.



Em 2020, as ações da Companhia tiveram valorização de 73% (BRAP4) e 69% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA acumulou alta de 3% e as ações da sua investida, a VALE, subiram 71%.



Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.  
 Fonte: Economatica

**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE**

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	4T20	4T19	Variação %	2020	2019	Variação%
(R\$ mil)						
<b>Demonstração de Resultado</b>						
Equivalência Patrimonial .....	268.343	(344.051)	-	1.506.379	(358.760)	-
<b>Resultado Operacional .....</b>	<b>268.343</b>	<b>(344.051)</b>	-	<b>1.506.379</b>	<b>(358.760)</b>	-
Despesas Gerais e Administrativas .....	(3.731)	(784)	375,9%	(6.372)	(3.793)	68,0%
Despesas de Pessoal .....	(2.990)	(5.952)	-49,8%	(11.661)	(13.356)	-12,7%
Receitas/Despesas Financeiras .....	2.234	1.474	51,6%	6.455	12.539	-48,5%
Despesas Tributárias .....	(157)	(38.660)	-	(27.749)	(39.671)	-30,1%
Outras Despesas Operacionais .....	-	-	-	-	(38)	-
<b>Resultado Operacional antes do IR/CS .....</b>	<b>263.699</b>	<b>(387.973)</b>	-	<b>1.467.052</b>	<b>(403.079)</b>	-
Imposto de Renda e Contribuição Social .....	62.179	-	-	-	(128)	-
<b>Resultado do Período .....</b>	<b>325.878</b>	<b>(387.973)</b>	-	<b>1.467.052</b>	<b>(403.207)</b>	-

**Receita Operacional**

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2020, registrou receita operacional de R\$ 1,5 bilhão, revertendo resultado negativo de R\$ 358,8 milhões no acumulado dos 12 meses do ano anterior. O sólido desempenho da VALE é destaque no período, totalizando EBITDA ajustado de US\$ 16,6 bilhões para o ano completo de 2020, devido, principalmente, ao forte desempenho de minerais ferrosos com o aumento dos preços realizados e volume de vendas, bem como maiores preços realizados de níquel e cobre.

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 6,5 milhões, decorrentes de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete o fato de que, com o resgate antecipado total da Terceira Emissão de Notas Promissórias e a amortização total antecipada da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples zerou o endividamento da Companhia.

**Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas**

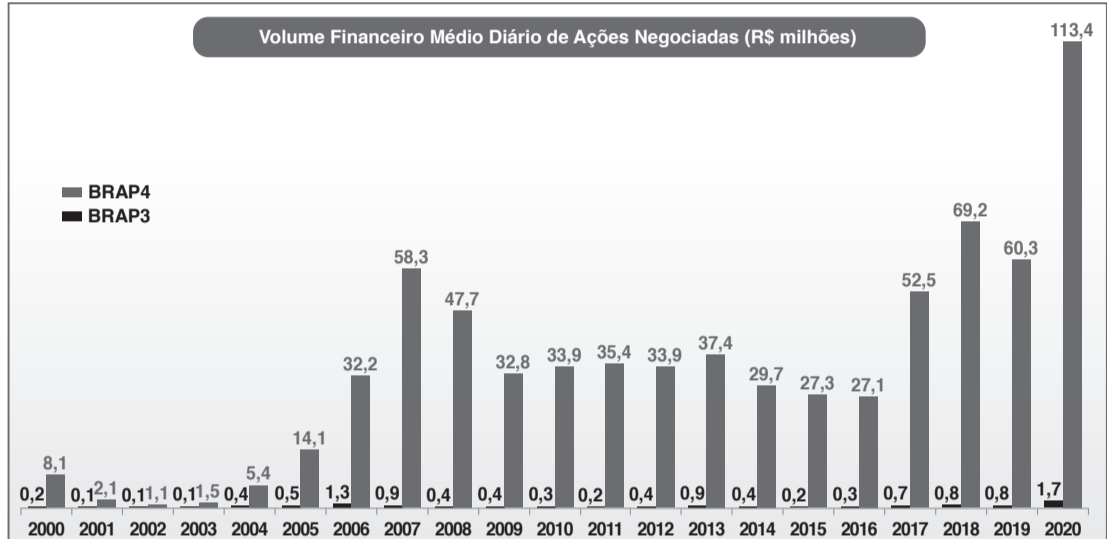
No quarto trimestre de 2020, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 6,7 milhões. No acumulado do ano atingiram R\$ 18,0 milhões, 5,1% superiores ao mesmo período do exercício anterior.

**Resultado do Exercício**

Em 2020, a BRADESPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 1,47 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 22,2%, reflexo, principalmente, do excelente desempenho da VALE no período.

**Liquidez**

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2020 foi de R\$ 113,4 milhões. Já a média diária de negócios realizados com BRAP4 na B3 foi de 12.378.



Fonte: Economatica.

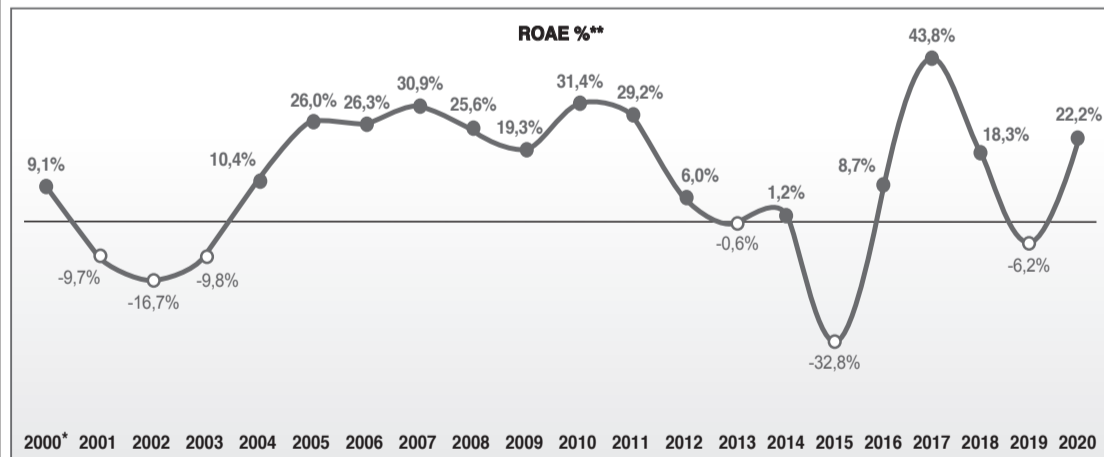
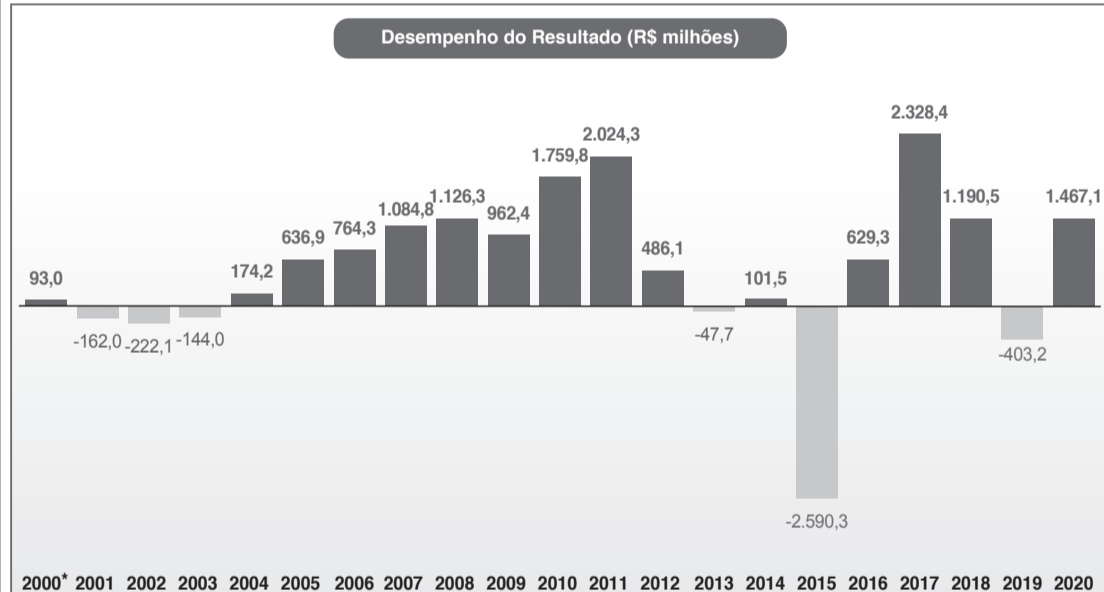
**Prêmio/Desconto**

Ao final de 2020, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 25,7 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 17%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 83% do valor líquido de seus ativos.

**Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 30/12/2020)**

Companhias	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	Participação da BRADESPAR			
			% do Capital Total (3)	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON .....	87,45	293.907.266	5,73%	25.702.190	4.963.202	4.034.960
<b>Valor Total dos Ativos da Bradespar (A) .....</b>				<b>25.702.190</b>	<b>4.963.202</b>	<b>4.034.960</b>
<b>Caixa Líquido da Bradespar (B) (1) .....</b>				<b>60.138</b>	<b>12.359</b>	<b>10.048</b>
<b>Valor Líquido dos Ativos da Bradespar (C) = (A) + (B) .....</b>				<b>25.762.328</b>	<b>4.975.561</b>	<b>4.045.008</b>
<b>Valor de Mercado da Bradespar (D) .....</b>				<b>21.382.800</b>	<b>4.129.109</b>	<b>3.356.863</b>
Ações Ordinárias (BRAP3) .....	57,24	122.171.449		6.993.094	1.350.396	1.097.838
Ações Preferenciais (BRAP4) .....	63,71	225.862.596		14.389.706	2.778.713	2.259.025
<b>Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado Bradespar (C) - (D) .....</b>				<b>4.379.528</b>	<b>846.452</b>	<b>688.145</b>
<b>DESCONTO (2) .....</b>				<b>17,0%</b>		

(1) Caixa Líquido em 30/12/2020;  
 (2) ((Valor de Mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1; e  
 (3) Não considera ações em tesouraria.



\* Corresponde a 10 meses de atividades.

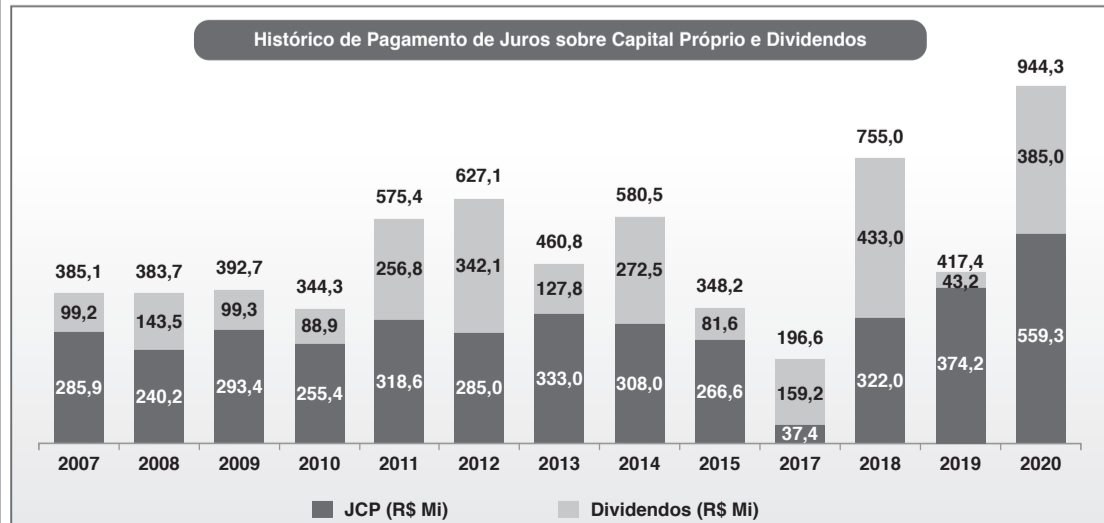
\*\* ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido.

**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, o Conselho de Administração da BRADESPAR, aprovou, em 11 de novembro de 2020, proposta da Diretoria para o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da sociedade, no montante de R\$ 675,0 milhões, conforme abaixo:

- Dividendos no valor de R\$ 385,0 milhões, sendo R\$ 1,038798995 por ação ordinária e R\$ 1,142678895 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95; e
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 290,0 milhões, sendo R\$ 0,782471970 por ação ordinária e R\$ 0,860719168 por ação preferencial, correspondente ao valor líquido de R\$ 0,665101175 por ação ordinária e R\$ 0,731611293 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estiverem dispensados de tributação, pagos em 19 de novembro de 2020.

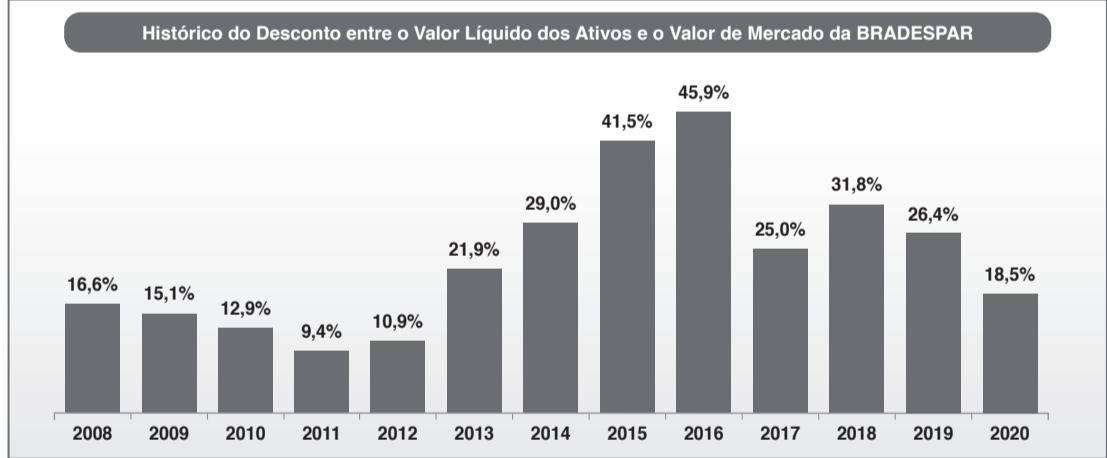
Os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2020 totalizam R\$ 944,3 milhões, sendo o maior volume anual já pago pela BRADESPAR.



**Mercado de Capitais**

Desde a sua constituição, as ações do capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs).

Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, desde 2001, quando aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da B3.



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

**COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA**

**VALE**

Empresa privada de origem brasileira, a VALE está presente em cerca de 30 países, sendo uma das maiores mineradoras do mundo na produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. Além disso, produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e em outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações.

A Vale tem o compromisso de integrar a sustentabilidade em seus negócios, construindo um legado econômico, social e ambiental forte e positivo, e atenuando os impactos de suas operações. Busca assim, construir relacionamentos duradouros com seus stakeholders, investindo na mitigação dos efeitos das suas atividades, trabalhando com altos padrões éticos, uma gestão transparente e contribuindo ativamente para os avanços relacionados ao meio ambiente, à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Cumprir o compromisso de integrar a sustentabilidade em seus negócios, construindo um legado econômico, social e ambiental forte e positivo, e atenuando os impactos de suas operações. Busca assim, construir relacionamentos duradouros com seus stakeholders, investindo na mitigação dos efeitos das suas atividades, trabalhando com altos padrões éticos, uma gestão transparente e contribuindo ativamente para os avanços relacionados ao meio ambiente, à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Com a expiração do Acordo de Acionistas e após o seu Conselho de Administração estabelecer o Comitê de Nomeação, com o papel de propor melhorias relacionadas à estrutura, tamanho e habilidades daquele Órgão de Administração, essenciais para definir os candidatos a serem apresentados para a Assembleia Geral em 2021, a VALE aprovou ainda a Política de Indicação, que estabelece princípios, critérios e procedimentos para orientar a escolha de candidatos para os cargos de membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, levando em consideração diversos aspectos, como experiência, conhecimento, diversidade e independência.

Todas as implementações na Governança da VALE tiveram o apoio, a iniciativa e a aprovação dos antigos acionistas integrantes do bloco de controle, com destaque para a BRADESPAR, e fecham o ciclo iniciado em 2017 de transformação da empresa em uma True Corporation.

**SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no exercício de 2020, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>413.166</b>	<b>552.873</b>	<b>413.287</b>	<b>554.525</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>35.192</b>	<b>314.389</b>	<b>35.192</b>	<b>314.389</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	60.442	199.535	62.563	201.185	Impostos e Contribuições a Recolher.....	279	38.589	279	38.589
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 14).....	-	353.338	-	353.338	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	5.852	246.886	5.852	246.886
Dividendos a Receber (Nota 14).....	352.724	-	352.724	-	Outras Obrigações (Nota 17c).....	28.990	28.848	28.990	28.848
<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>10.884.680</b>	<b>9.553.229</b>	<b>10.882.559</b>	<b>9.551.579</b>	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos.....	741	66	741	66
Realizável a Longo Prazo.....	189.918	206.740	189.918	206.740	<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>7.843</b>	<b>230.858</b>	<b>7.843</b>	<b>230.858</b>
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13a).....	182.201	198.935	182.201	198.935	Debêntures a Pagar (Nota 9).....	-	223.017	-	223.017
Depósitos Judiciais (Nota 10b - item I).....	7.717	7.805	7.717	7.805	Provisões e Obrigações Legais (Nota 10b - item II).....	7.022	6.901	7.022	6.901
Investimentos (Nota 8).....	10.693.863	9.345.417	10.691.742	9.343.767	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamentos.....	821	940	821	940
Imobilizado.....	80	105	80	105	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>11.254.811</b>	<b>9.560.855</b>	<b>11.254.811</b>	<b>9.560.855</b>
Intangíveis.....	819	967	819	967	Capital Social Integralizado (Nota 11a).....	4.100.000	4.100.000	4.100.000	4.100.000
<b>TOTAL</b> .....	<b>11.297.846</b>	<b>10.106.102</b>	<b>11.297.846</b>	<b>10.106.102</b>	Reservas de Lucros (Nota 11b).....	2.898.625	2.106.573	2.898.625	2.106.573
					Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	4.256.186	3.354.282	4.256.186	3.354.282
					<b>TOTAL</b> .....	<b>11.297.846</b>	<b>10.106.102</b>	<b>11.297.846</b>	<b>10.106.102</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b> .....	<b>1.461.081</b>	<b>(415.522)</b>	<b>1.460.597</b>	<b>(415.618)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	1.506.849	(358.694)	1.506.379	(358.760)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17d).....	(18.019)	(17.119)	(18.033)	(17.149)
Despesas Tributárias.....	(27.749)	(39.671)	(27.749)	(39.671)
Outras Despesas Operacionais.....	-	(38)	-	(38)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS</b> .....	<b>1.461.081</b>	<b>(415.522)</b>	<b>1.460.597</b>	<b>(415.618)</b>
Receitas Financeiras (Nota 12).....	12.340	26.077	12.824	26.173
Despesas Financeiras (Nota 12).....	(6.369)	(13.634)	(6.369)	(13.634)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>1.467.052</b>	<b>(403.079)</b>	<b>1.467.052</b>	<b>(403.079)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13).....	-	(128)	-	(128)
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>1.467.052</b>	<b>(403.207)</b>	<b>1.467.052</b>	<b>(403.207)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):</b>				
Resultado por ação ordinária.....	3,96	(1,09)	3,96	(1,09)
Resultado por ação preferencial.....	4,35	(1,20)	4,35	(1,20)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31.12.2018</b> .....	<b>4.100.000</b>	<b>227.610</b>	<b>2.551.470</b>	<b>3.080.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.959.844</b>
Prejuízo do Período.....	-	-	-	-	-	(403.207)	(403.207)
Absorção do Prejuízo.....	-	-	(403.207)	-	-	403.207	-
Reflexos de Empresas com Influência Significativa.....	-	-	-	-	273.518	-	273.518
<b>Outros Resultados Abrangentes</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(129.689)</b>
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	(269.300)	-	-	-	(269.300)
<b>Saldos em 31.12.2019</b> .....	<b>4.100.000</b>	<b>227.610</b>	<b>1.878.963</b>	<b>3.354.282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.560.855</b>
Lucro do Período.....	-	-	-	-	-	1.467.052	1.467.052
Reflexos de Empresas com Influência Significativa.....	-	-	-	-	901.904	-	901.904
<b>Outros Resultados Abrangentes</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.368.956</b>
Destinações: - Reservas.....	-	-	73.353	718.699	-	(792.052)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(290.000)	(290.000)
- Dividendos Intermediários.....	-	-	-	-	-	(385.000)	(385.000)
<b>Saldos em 31.12.2020</b> .....	<b>4.100.000</b>	<b>300.963</b>	<b>2.597.662</b>	<b>4.256.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.254.811</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
<b>SERVÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(6.282)</b>	<b>(3.726)</b>	<b>(6.296)</b>	<b>(3.756)</b>
Serviços de Terceiros.....	(5.284)	(2.605)	(5.284)	(2.635)
Outros.....	(998)	(1.121)	(1.012)	(1.121)
<b>VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>(6.282)</b>	<b>(3.726)</b>	<b>(6.296)</b>	<b>(3.756)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b> .....	<b>1.519.189</b>	<b>(332.617)</b>	<b>1.519.203</b>	<b>(332.587)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.506.849	(358.694)	1.506.379	(358.760)
Receitas Financeiras.....	12.340	26.077	12.824	26.173
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....	<b>1.512.907</b>	<b>(336.343)</b>	<b>1.512.907</b>	<b>(336.343)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b> .....	<b>1.512.907</b>	<b>(336.343)</b>	<b>1.512.907</b>	<b>(336.343)</b>
<b>Pessoal</b> .....	<b>10.484</b>	<b>11.843</b>	<b>10.484</b>	<b>11.843</b>
Impostos, Taxas e Contribuições.....	29.002	41.387	29.002	41.387
Remuneração de Capitais de Terceiros.....	6.369	13.634	6.369	13.634
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>1.467.052</b>	<b>(403.207)</b>	<b>1.467.052</b>	<b>(403.207)</b>
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	675.000	269.300	675.000	269.300
Lucros Retidos/Prejuízo Compensado do Exercício.....	792.052	(672.507)	792.052	(672.507)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>1.467.052</b>	<b>(403.079)</b>	<b>1.467.052</b>	<b>(403.079)</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos Impostos:</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.506.849)	358.694	(1.506.379)	358.760
Juros, Variações Monetárias, Líquidas.....	1.468	2.956	1.469	2.956
Outros.....	(34)	606	(34)	606
<b>Resultado Ajustado</b> .....	<b>(38.363)</b>	<b>(40.823)</b>	<b>(37.892)</b>	<b>(40.577)</b>
Aumento/(Redução) em Outros Obrigações.....	65.162	180.969	65.162	180.969
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(38.749)	(18.697)	(38.749)	(18.697)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos.....	1.016.954	-	1.016.954	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(26.929)	(324)	(26.929)	(324)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b> .....	<b>978.075</b>	<b>121.125</b>	<b>978.546</b>	<b>121.191</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>				
Aquisição de Imobilizado.....	-	(117)	-	(117)
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>-</b>	<b>(117)</b>	<b>-</b>	<b>(117)</b>
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos</b>				
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos.....	(887.855)	(379.700)	(887.855)	(379.700)
Liquidação de Debêntures.....	(229.313)	-	(229.313)	-
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(1.117.168)</b>	<b>(379.700)</b>	<b>(1.117.168)</b>	<b>(379.700)</b>
<b>(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(139.093)</b>	<b>(258.692)</b>	<b>(138.622)</b>	<b>(258.626)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	199.535	458.227	201.185	459.811
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	60.442	199.535	62.563	201.185
<b>(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(139.093)</b>	<b>(258.692)</b>	<b>(138.622)</b>	<b>(258.626)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho da Administração em 24 de março de 2021.

#### As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)  
A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

#### b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York - NYSE (VALE) e Madri - LATIBEX (XVALO).  
A VALE S.A. e suas controladas diretas e indiretas são produtores globais de minério de ferro e pellets, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 19).

### 2) APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 - "Consolidated Financial Statements" implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos - OPCs, interpretações - ICPs e orientações - OCPs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, considerando as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

### 3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

#### b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente convertíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

#### e) Instrumentos financeiros

##### (i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

##### • Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendem ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

##### • Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociação no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

##### • Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

##### (ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

##### f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

##### g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial Consolidado:**

Empresas	Total dos investimentos		Valor de Mercado (2019)	
	2020	2019	2020	2019
VALE	6.435.556	5.989.485	25.702.167	15.665.243
VALE - ajuste reflexo (1)	4.256.186	3.354.282	-	-
<b>Total</b>	<b>10.691.742</b>	<b>9.343.767</b>	<b>25.702.167</b>	<b>15.665.243</b>

(1) Ajuste de avaliação patrimonial conforme a Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 6, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, às diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda nacional das operações realizadas pela VALE; e  
(2) Valor de mercado da participação na VALE.

**9) DEBÊNTURES A PAGAR**

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 700.000, com vencimento em 28 de junho de 2021 a contar da data de emissão. Com juros remuneratórios correspondentes a 103,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "Over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 e disponível na página do CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI-Over"), incidentes sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão, ou desde a data de pagamento da remuneração, até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.  
Em 2 de julho de 2018 a BRADESPAR, recebeu o valor de R\$ 700.358 mil, decorrente a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$ 10 mil, emitidas em 28 de junho de 2018. Os recursos obtidos, tiveram por finalidade a quitação integral relativa às debêntures da série única da sexta emissão.  
Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR informou aos titulares de suas sétima emissão, a realização da amortização antecipada extraordinária de 70% (setenta por cento), do valor nominal unitário das debêntures, conforme prerrogativa contratual que permite a amortização antecipada, limitada a 90% do valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, título de remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento no montante de R\$ 512.734.  
Em 09 de dezembro de 2020, a BRADESPAR comunicou aos seus acionistas e ao mercado, a quitação integral das debêntures simples, da série única da sétima emissão, com vencimento originalmente previsto para 28 de junho de 2021, conforme termos da escritura de emissão.  
Em 11 de dezembro de 2020, a BRADESPAR comunicou aos seus titulares o montante de R\$ 3.276 (três mil, duzentos e setenta e seis reais) por debênture, sendo: (i) R\$ 3.000 (três mil reais), equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures, e (ii) R\$ 276 (duzentos e setenta e seis reais) o título de juros remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento, totalizando a montante de R\$ 229.313.

**10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS**

**a) Ativos contingentes**  
Não foram reconhecidos contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:  
- Cofins - R\$ 12.289 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 12.159); A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da Cofins, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento, e;  
- Programa de Integração Social ("PIS") - R\$ 2.658 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.634); A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 77/0 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.  
**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais**  
As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.  
A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.  
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**II) Movimentação das provisões fiscais:**

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	6.901	6.665
Atualização monetária	121	236
Saldo no final do exercício	7.022	6.901

**c) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais**

A Braodespar mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso: remoto, possível ou provável.  
Os processos classificados como possíveis são:  
- A Antares, incorporada pela Braodespar, era parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua extinção total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95. Em 05 de novembro de 2020, a Braodespar obteve ganho definitivo no processo, conforme acórdão/decisão transitado em julgado.  
- A Braodespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. ("Litel"), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel busca a condenação da Braodespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Eletron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Braodespar. A Litel alega suposto descumprimento, por parte da Braodespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.  
Além de contestar a ação, a Braodespar apresentou reconvenção buscando compelir a Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.  
Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ - julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, o Órgão deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Braodespar contra a Litel.  
A Braodespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, respondidos pela Litel, e aguarda decisão. Contra a decisão do TJRJ caberá recurso para os Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça e/ou Supremo Tribunal Federal). A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a probabilidade de perda da Braodespar.  
d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

**11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Composição do capital social em ações**  
O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias	122.171.449	122.171.449
Preferenciais	225.862.596	225.862.596
<b>Total</b>	<b>348.034.045</b>	<b>348.034.045</b>

**b) Reservas de Lucros**

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
- Reserva Legal (i)	300.963	227.610
- Reserva Estatutária (ii)	2.597.662	1.878.963
<b>Total</b>	<b>2.898.625</b>	<b>2.106.573</b>

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e  
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.  
**c) Ações em tesouraria**  
Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2019, deliberou-se renovar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Visando à aplicação de recursos existentes em "Reservas de Lucros - Estatutária", disponíveis para investimentos, concedeu autorização à Diretoria da Companhia para adquirir, no período de 15 de agosto de 2019 a 15 de fevereiro de 2021, até 10.870.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade acima mencionado.  
Até 31 de dezembro de 2020 não ocorreu a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão.

**d) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos**

Em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2019, a BRADESPAR comunicou ao mercado a aprovação do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares, no montante de R\$ 200.445, que foram pagos em 15 de maio de 2019.  
Em comunicação Superior do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2019, a BRADESPAR, tendo revisado os fluxos de geração de caixa e distribuição de resultado de sua investida e com a Política Indicativa de Remuneração Anual, deliberou juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 269.300, que foram pagos em 20 de agosto de 2020.  
Em 11 de novembro de 2020, a BRADESPAR comunicou ao mercado, em consonância com o Fato Relevante divulgado em 30 de outubro de 2020, que o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 385.000, e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 290.000, que foram pagos em 19 de novembro de 2020.  
Em 2020, destacamos que foram pagos na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 944.300.  
Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio complementares pagos	0,424234	0,666588	157.230	23.585	133.645
Juros sobre capital próprio pagos	0,726619	0,799281	269.300	40.395	228.905
Dividendos pagos	0,116601	0,128261	43.215	-	43.215
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1,267454</b>	<b>1,394200</b>	<b>469.745</b>	<b>63.980</b>	<b>405.765</b>
Juros sobre capital próprio pagos	0,782471	0,860719	290.000	43.500	246.500
Dividendos pagos	1,038798	1,142678	385.000	-	385.000
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1,821269</b>	<b>2,003397</b>	<b>675.000</b>	<b>43.500</b>	<b>631.500</b>

**12) RESULTADO FINANCEIRO**

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	6.623	15.300	6.629	15.300
Juros sobre impostos a recuperar	4.835	10.462	4.835	10.462
Outras	882	315	1.360	381
<b>Total</b>	<b>12.340</b>	<b>26.077</b>	<b>12.824</b>	<b>26.173</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas com juros de debêntures	(6.156)	(13.049)	(6.156)	(13.049)
Outras	(213)	(585)	(213)	(585)
<b>Total</b>	<b>(6.369)</b>	<b>(13.634)</b>	<b>(6.369)</b>	<b>(13.634)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>5.971</b>	<b>12.443</b>	<b>6.455</b>	<b>12.539</b>

**13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Impostos a compensar e a recuperar**  
Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 182.201 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 198.935), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.  
**b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.467.052	(403.079)	1.467.052	(403.079)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: Participações em controlada e investimento com influência significativa	(498.798)	137.047	(498.798)	137.047
Despesas e provisões indutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	512.329	(121.956)	512.169	(121.978)
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(1.867)	(1.120)	(1.507)	(1.098)
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	(99.663)	(141.335)	(99.663)	(141.335)
Outros (1)	900	145.020	98.800	145.020
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.801)	(17.784)	(10.801)	(17.784)
(1) inclui, substancialmente, realização de crédito tributário não ativado.	-	(128)	-	(128)

**14) PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Em 31 de dezembro de 2020, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber, no montante de R\$ 352.724 e receita de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 293.126 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 415.692), e em 31 de dezembro de 2019, na Controladora e Consolidado, referem-se aos juros sobre capital próprio a receber, no montante de R\$ 353.338, provenientes das deliberações pela VALE.  
**II - Remuneração do pessoal-chave da Administração**  
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:  
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e  
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da Braodespar.  
Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Companhia e R\$ 5.100 para custear planos de previdência privada.  
**Remuneração de curto e médio prazo a administradores**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	6.163	8.284
<b>Total</b>	<b>6.163</b>	<b>8.284</b>

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.597	4.276
<b>Total</b>	<b>4.597</b>	<b>4.276</b>

**Outros benefícios**

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.  
**III - Participação acionária**  
Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ações ordinárias	0,2741%	0,3807%
Ações preferenciais	0,4766%	0,5473%
<b>Total de ações</b>	<b>0,4055%</b>	<b>0,4888%</b>

**15) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:**  
I - Ativos Financeiros na Controladora, referem-se à Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 60.442 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 199.535) e no Consolidado no montante de R\$ 62.563 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 201.185); e

II - Passivos Financeiros - Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2019 referem-se a Debêntures a Pagar no montante de R\$ 223.017 e Outras Obrigações no montante de R\$ 25.366 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 25.468) Nota 17c.

**b) Análise de sensibilidade**

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de riscos	Cenários					
	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	1	2	3	1	2	3
<b>Total sem correlação</b>	(1)	(26)	(51)	(1)	(90)	(178)
<b>Total com correlação</b>	(1)	(26)	(51)	(1)	(90)	(178)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossos posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi aplicado um cenário de 2,87% a.a.  
**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 3,56% a.a.  
**Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 4,29% a.a.

**16) ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO**

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se significativamente de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

I - Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado na Controladora e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2019, referem-se à Debêntures a Pagar, e o seu valor justo estimado pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros são aproximados ao custo amortizado.  
II - A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

**17) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019;  
b) Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 819 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 967), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis; e  
c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 28.990 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 28.848) referem-se, basicamente, às formas de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;  
d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 11.661 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 13.356) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora, no montante de R\$ 6.358 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.763) e no Consolidado no montante de R\$ 6.372 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.793); e  
e) A BRADESPAR é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes da pandemia de COVID-19. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a investida opera, podem ocorrer efeitos futuros, os quais poderão impactar as condições financeiras ou resultados das operações da investida em períodos subsequentes, sem entretanto ser possível atualmente prever os possíveis impactos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

**18) EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 24 de março de 2021, o Conselho de Administração da Braodespar aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 915.000, sendo 2.468.839,79 por ação ordinária e 2.715.717,37 por ação preferencial e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 245.000, sendo 0.661053907 por ação ordinária e 0.727159298 por ação preferencial, que serão pagos em 12 de maio de 2021.

**19) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA**

I - Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ milhões	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
<b>ATIVO</b>		
Circulante	126.805	68.698
Não Circulante	-	-
Realizável a Longo Prazo	78.623	67.705
Investimentos	10.557	11.278
Imobilizado	213.836	187.733
Intangível	48.309	34.257
<b>TOTAL</b>	<b>478.130</b>	<b>369.671</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Circulante	75.838	55.806
Não Circulante	221.306	156.716
Patrimônio Líquido	190.986	157.149
<b>TOTAL</b>	<b>478.130</b>	<b>369.671</b>
Participação Direta	5,56%	5,56%

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ Milhões**

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receita de Vendas, Líquida	208.529	148.640
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(98.567)	(83.836)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>109.962</b>	<b>64.804</b>
Despesas Operacionais	(52.458)	(59.880)
Resultado Financeiro	(24.140)	(13.446)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.436)	(2.684)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>27.928</b>	<b>(11.206)</b>
Tributos sobre o Lucro	(3.025)	2.509
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) das Operações Continuadas</b>	<b>24.90</b>	

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

#### (ii) Pedidos de multa ou perdimento de bens

Nos autos da Ação Civil Pública de Brumadinho, em agosto de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais ("MPMG") e demais instituições autoras tinham formulado pedidos de condenação da Vale em parte dos pleitos para o ressarcimento de supostas perdas econômicas do Estado de Minas Gerais e danos morais coletivos, já consideradas nas Ações Cíveis Públicas propostas contra a Vale em janeiro de 2019. Naquele pedido, o MPMG também tinha requerido o imediato bloqueio de R\$ 26,7 bilhões da Vale como garantia ao ressarcimento das supostas perdas econômicas apontadas, o qual foi indeferido pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte em 6 de outubro de 2020. Esse pleito foi extinto com a celebração do Acordo Global. Em outra ação, em maio de 2020, o MPMG formulou pedido de aplicação de multa ou perdimento de bens, direitos e valores da Vale com fundamento no artigo 5º, inciso V da Lei nº 12.846/2013, ou seja, segundo o entendimento do MPMG, a Vale teria, por intermédio de ações de seus empregados, dificultado atividades de fiscalização de órgãos públicos no complexo. O poder judiciário, até então, entendeu não haver necessidade de apresentação de garantias pela Vale. Diante dos argumentos contidos na ação proposta, a Vale entende que a possibilidade de perda é remota. Em outubro de 2020, a Controladoria Geral da União ("CGU") notificou a Vale sobre instauração de processo administrativo de responsabilização, com base nas mesmas alegações do MPMG. Por se tratar de procedimento discricionário da CGU, a Vale estima como possível uma perda na fase administrativa, mas reafirma seu prognóstico de perda remota na ação judicial anulatória a ser instaurada contra eventual decisão da CGU, caso necessário.

#### (iii) Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma potencial ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depositary Receipts* ("ADRs") - de emissão da Vale. O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos.

Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas ("Discovery"), prevista para encerrar em junho de 2021.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da potencial ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda.

#### (iv) Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 166 acionistas minoritários, (ii) uma arbitragem movida por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) uma arbitragem movida por fundos estrangeiros.

Nas três arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas, o que lhe seria exigido pelas leis brasileiras aplicáveis e pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale a expectativa de perda é classificada como possível para os três procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

No procedimento movido por fundos estrangeiros, os requerentes estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$ 1.800 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda no valor alegado pelos fundos estrangeiros.

#### (v) Cooperação com CVM e Securities and Exchange Commission ("SEC")

A Vale recebeu pedidos da CVM e da SEC para fornecer documentos e outras informações sobre o rompimento da Barragem I, de modo a subsidiar as investigações por essas agências e a Vale está cooperando com ambas as agências. As investigações em curso se referem à divulgação de informações importantes aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, especialmente sobre a gestão e condições das barragens da Vale. Tais investigações podem resultar na aplicação de multas e penalidades administrativas, seja por meio de acordos com as agências ou por ações judiciais.

#### Seguros e garantias financeiras

##### (i) Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de seguro de risco operacional e responsabilidade civil. No entanto, essas negociações ainda estão em um estágio preliminar; portanto, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a Vale foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

##### (ii) Garantias financeiras

Para o evento de Brumadinho, a Vale dispõe de garantias financeiras no montante de R\$ 5.843 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.626 milhões em 31 de dezembro de 2019). Os custos relacionados a estas garantias financeiras foram de R\$ 38 milhões e R\$ 36 milhões e estão registradas como despesa financeira na demonstração do resultado da Vale no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Com a celebração do Acordo Global, essas garantias serão liberadas.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquivava suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no *site* [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

### ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**  
Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Vice-Presidente**  
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

**Membros**  
Denise Aguiar Alvarez  
Milton Matsumoto  
Alexandre da Silva Glüher  
Maurício Machado de Minas  
Fernando Jorge Buso Gomes  
José Luiz Osório de Almeida Filho

#### DIRETORIA

**Diretor-Presidente**  
Fernando Jorge Buso Gomes

**Diretor**  
Johan Albino Ribeiro

#### CONSELHO FISCAL

**Efetivos**  
Ariovaldo Pereira  
João Carlos de Oliveira  
João Batista de Moraes  
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros  
Ricardo Reisen de Pinho

**Suplentes**  
Clayton Neves Xavier  
Yara Piauilino  
Nilvo Reinoldo Fries  
Raphael Manhães Martins

 Cid de Oliveira Guimarães  
 Contador - CRC 1SP218369/O-0

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020, e à vista do Relatório de Revisão elaborado pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, são de opinião de que: 1) as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade; e 2) os referidos documentos estão em condições de ser submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Osasco, SP, 24 de março de 2021

#### Membros do Conselho Fiscal

Ariovaldo Pereira

João Carlos de Oliveira

João Batista de Moraes

Carlos Eduardo Teixeira Taveiros

Ricardo Reisen de Pinho

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

#### Bradespar S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. e da Bradespar S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



#### Porque é um PAA

##### Investimento direto na Vale S.A. ("Vale")

Conforme divulgado nas notas 1(b), 3(h), 8 e 18, a Companhia detém participação societária na Vale, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando sua influência significativa.

As demonstrações contábeis da Vale apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro dos eventos e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis, que podem afetar o resultado da Vale e consequentemente o resultado da Companhia de forma relevante, envolvem as seguintes principais áreas:

- Rompimento da barragem de Brumadinho: Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da Barragem I da mina do Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. A Vale incorreu em gastos, bem como registrou provisões relacionadas. Tais provisões envolveram julgamentos críticos da administração da Vale na determinação de premissas e das bases utilizadas.
- Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment"): Como parte da avaliação dos valores recuperáveis, a Vale determina uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para cada unidade geradora de caixa - UGC, considerando diferentes fatores e premissas internas e externas.
- Provisão para contingências tributárias: A determinação do valor da provisão e dos passivos contingentes depende de julgamentos críticos da administração da Vale quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação.

Devido às incertezas inerentes a essas estimativas e a relevância que as mesmas têm na apuração dos resultados da Vale e na consequente apuração do resultado de equivalência patrimonial e determinação do saldo de investimento nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, os assuntos acima foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

#### Porque é um PAA

##### Contingências fiscais e cíveis

Conforme divulgado nas notas 3(i) e 10, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda, a mensuração e divulgação das contingências envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, devido à relevância e o nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda e a mensuração de cada processo.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale. Adicionalmente, os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação e o envio de instruções aos auditores da Vale com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Assim, analisamos as comunicações e relatórios recebidos dos auditores da Vale e discutimos os procedimentos realizados e os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Vale; e
- As divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vale e as correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como confirmamos com os assessores jurídicos externos os dados dos correspondentes processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais e cíveis, bem como as divulgações efetuadas são razoáveis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2021